

Um diagnóstico da dívida ao Congresso

por Cláudia Safatle
de Brasília



Mailson da Nóbrega

O ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, compareceu ontem pela primeira vez ao plenário do Senado Federal, onde, por mais de quatro horas, falou sobre a renegociação da dívida externa brasileira e o congelamento da Unidade de Referência de Preços (URP) para o funcionalismo público. Aos senadores presentes o ministro fez um extenso diagnóstico da crise externa e detalhou os principais pontos da negociação já acertados com o comitê de assessoramento dos bancos credores.

É um "pacote" de renegociação da dívida vincente, entre 1987 e 1993, envolvendo US\$ 63,6 bilhões, com uma economia prevista, nesse período de consolidação, de US\$ 2,5 bilhões — cifra idêntica ao valor que o ministro calculou de prejuízo líquido da moratória da dívida desde fevereiro do ano passado.

Depois de uma hora de exposição, escrita em 32 páginas, o ministro foi arguido pelos senadores e ouviu críticas do senador Fernando Henrique Cardoso, (PMDB-SP), que se colocou como "oposição", e alegou que as conquistas obtidas nesse acordo não representam nenhum avanço. "Trata-se de um acordo convencional", disse ele, condenando o fato de o país ter saído da moratória "sem vantagens, o que não é culpa de vossa excelência. Um governo que já tem quatro ministros da Fazenda em ziguezague não pode ter firmeza na negociação", argumentou o senador paulista.

ACORDO

Os itens já acordados entre o governo brasileiro e o comitê dos credores são:

- O montante do financiamento de médio prazo para o pagamento dos juros ficou estabelecido em US\$ 5,2 bilhões. Nas contas do ministro, chegariam, a US\$ 6,4 bilhões, pois seriam US\$ 5,8 bilhões pedidos mais US\$ 600 milhões relativos à recomposição de linhas de curto prazo. Como dos US\$ 5,8 bilhões abateram-se US\$ 600 milhões de economia com o "carve-out", o resultado final é cerca de US\$ 5,2 bilhões, cujo prazo de pagamento é de doze anos com cinco de carência e "spread" de 0,8125% ao ano.

- No período de consolidação da dívida, de 1987 a 1993, 94% da dívida externa de médio e longo prazos junto aos bancos privados internacionais (US\$ 63,6 bilhões) será reescalada por vinte anos com oito de carência, alargando o perfil do endividamento externo. Os novos vencimentos do principal começam em 1995, quando representará uma amortização de 2%, chegando a 10% em 2007, num sistema progressivo.

- O novo "spread" de 0,8125% (treze dezesseis avos) sobre a Libor (que substituirá a "prime rate") somente incidirá sobre a dívida do setor público a partir do dia 1º de janeiro do ano que vem. Aí o governo perdeu, pois desejava que o "carve-out" fosse retroativo a janeiro de

de posições, continuidade e credibilidade na política econômica, e, acima de tudo, determinação política para fazer frente aos desafios", conclui o ministro, numa exposição elogiada pelo senador do PDS, Jarbas Passarinho, que recomendou ao ministro da Fazenda prosseguir com "a coragem de tocar causas impopulares".

Sobre a moratória da dívida, Nóbrega fez uma avaliação extremamente negativa, tentando dimensionar o "custo invisível" da suspensão dos pagamentos dos juros da dívida de médio e longo prazos. Com a moratória, o País deixou de pagar no ano passado US\$ 4,5 bilhões em juros. Mas, segundo Nóbrega, deixou de receber recursos que estavam em fase final de negociação, algo como US\$ 5,2 bilhões, e ainda pagou ao FMI, sem receber financiamentos em troca, a quantia de US\$ 1,8 bilhão. Assim, calculou o ministro, ao deixar de pagar US\$ 4,5 bilhões, o País gastou e deixou de receber US\$ 7 bilhões, contabilizando um prejuízo de US\$ 2,5 bilhões. "Não se trata de discutir a moratória, mas de ter humildade de rever a situação para evitar maiores problemas para o país", assinalou, lembrando que o fato de não pagar os juros no ano passado não significou que não terá de pagar mais.

ESTOQUE

Segundo os últimos dados do Banco Central relativos ao estoque da dívida em dezembro do ano passado, a

dívida bruta atingiu US\$ 121,3 bilhões, sendo US\$ 107,5 bilhões de dívida de médio e longo prazo e mais US\$ 13,8 bilhões de dívida não registrados. Esta última apresentou um crescimento de 48,1% sobre o ano anterior, exatamente por contabilizar a moratória estabelecida em fevereiro de 1987.

Nóbrega procurou defender a retomada dos pagamentos dos juros da dívida de janeiro e fevereiro, quando gastou US\$ 994 milhões sem prejuízo para as reservas cambiais. As reservas, segundo informou, estão no mesmo nível dos US\$ 4,4 bilhões de dezembro do ano passado.

Ao pagar os juros do bimestre janeiro/fevereiro deste ano ele deu sequência à iniciativa do ex-ministro

Bresser Pereira, que já havia pago os juros de outubro a dezembro de 1987, deixando os pagamentos de fevereiro a setembro para serem incorporados no acordo com os bancos. O País ainda não pagou março nem tem definido como pagará os US\$ 1,6 bilhão que vencem entre abril corrente e junho.

APROVEITAMENTO

O senador Fernando Henrique Cardoso acha que o ministro da Fazenda não aproveitou bem o estado de moratória para barganhar mais na mesa de negociação, trazendo para o País um acordo inferior ao que Bresser Pereira havia proposto. Nóbrega discordou, obviamente, mostrando que entre as sugestões de Bresser, como "spread" zero, e o "spread" médio

que o País pagava, de 1,6%, obteve-se um meio-termo, de 0,8125%.

Entre novos financiamentos, de US\$ 7,3 bilhões solicitados pelo ex-ministro para o mesmo período e os US\$ 4 oferecidos pelos bancos, acertaram-se US\$ 6,4 bilhões.

Nóbrega confirmou que vai aceitar o monitoramento do FMI, a partir de um acordo "stand-by" de doze a dezoito meses, mencionou a necessidade de cortar o déficit público e repensar o papel do Estado na economia. Salientou que a economia brasileira é uma das mais fechadas do mundo, mantendo, hoje, uma relação de apenas 6% de importações sobre o produto interno, enquanto países da América Latina, como a Colômbia, têm essa relação na proporção de 11,9%, e o Chile, de 17,1%, entre outros.

Acredita que o País pode percorrer novos caminhos para captar recursos no mercado de capitais internacional, seja através de bônus, seja reduzindo o estoque da dívida, mediante instrumentos de securitização, mecanismos que cedem lugar aos empréstimos em moeda dos bancos comerciais, que predominaram na década de 70.